



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1522669 - GO (2019/0170762-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : DIWEY STARNLY FERREIRA QUEIROZ - GO024609
LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS - GO026634
AGRAVADO : YOSHIAKI SAEKI - ESPÓLIO
ADVOGADOS : VINICIUS BOZZOLAN DE LIMA - GO018820
DIOGO CAMPOS VIEIRA - GO023869

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de revisão contratual cumulada com repetição de indébito.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa arte, não provido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: de revisão contratual cumulada com repetição de indébito, ajuizada por YOSHIAKI SAEKI - ESPÓLIO, em face do agravante, na qual pleiteia a revisão das cédulas rurais pignoratícias de n.ºs. 89/01680-7, 88/04215-4, 89/02676- 4, 88/05896-4, 89/03060-5, 89/03063-X, 89/03062-1, 89/03059-1, 88/04214-6, 89/03061-3 e 92/02278-

2, em razão da aplicação de índice indevido na atualização da dívida, bem como a restituição de valores pagos a maior.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos, para para reduzir os juros remuneratórios para 12% (doze por cento) ao ano e afastar cobranças de despesas extrajudiciais, bem como para condenar o agravante a devolver ao agravado, os pagamentos realizados a maior, nos contratos n.ºs. 88/04214-6, 88/04215-4, 88/5896-4 (V001 e V002), 89/03059-1, 89/03060-5, 89/03061-3, 89/03062-1 e 89/03063-x, correspondente à diferença resultante entre o índice de correção aplicado 84,32% (oitenta e quatro vírgula trinta e dois por cento) ou 74,60% (setenta e quatro vírgula sessenta por cento) e o efetivamente devido, no percentual de 41,28% (quarenta e um vírgula vinte e oito por cento), com a dedução de lançamentos a crédito que não foram despendidos pelo agravado, abatimentos negociais concedidos e seguro do PROAGRO.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

Apelação Cível. Ação de Repetição de Indébito. I - Preliminar. Impossibilidade Jurídica do Pedido. Contrato Findo.

Súmula n. 286 do STJ. Conforme entendimento jurisprudencial exarado no enunciado do verbete da sumula n. 286 do STJ, é plenamente permitida a pretensão de revisão de contrato findo em nosso ordenamento jurídico, independentemente de quitação ou novação do pacto. II - Prejudicial de mérito. Prescrição da pretensão autoral. Vintenária. Não consumada. A prescrição para as ações de repetição de indébito de quantias despendidas a maior em face da cobrança de encargos financeiros ilegais, por ser de cunho essencialmente pessoal, corresponde a 20 (vinte) anos, por aplicação da norma de transição do art. 2.028 do Código Civil de 2002 c/c art.

177 do Código Civil de 1916. Não incide, para o caso, a prescrição quinquenal disposta no Código de Defesa do Consumidor. III- Fator de correção das Cédulas Rurais Pignoratícias atrelada às cadernetas de poupança durante o Plano Collor. BTN. É orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte de Justiça de que o BTN fiscal (41,28%) é o fator de correção do saldo devedor a ser considerado nas cédulas rurais pignoratícias atreladas às cadernetas de poupança durante o Plano Collor. IV - Repetição do indébito. Possibilidade. Prova do erro. Desnecessidade.

Comprovado que a instituição financeira aplicou índice acima do permitido, induz a cobrança de valor excedente, sendo-lhe devida a obrigação de restituir o quantitativo da diferença. Para tanto é dispensável a prova do erro para autorizar a repetição do indébito, pois há de se presumir que o pagamento decorreu de exigência do credor, uma vez que não é razoável considerar que este pagamento a mais tenha sido feito conscientemente pelo devedor, a título de liberalidade concedida ao banco. V - Correção monetária. Termo inicial. Efetivo desembolso. Súmula n.º 43 do STJ. A correção monetária deve incidir desde o efetivo desembolso, a fim de recompor o poder aquisitivo da moeda, na forma do

enunciado da Súmula nº 43 do STJ. VI - Recurso adesivo. Declaração de inexistência de débito. Liquidação de sentença. Não há como averiguar neste momento processual a inexistência de débito alegada pelo recorrente, porquanto somente em sede de liquidação de sentença é que serão apurados eventuais créditos/débitos. VII - Seguro P ROAGRO. Reversão em favor do autor/recorrente. Inovação recursal. Inadmissibilidade. Durante toda a tramitação do feito na instância a quo, o autor/recorrente não pleiteou a reversão de eventuais pagamentos referente ao seguro PROAGRO em seu favor, vindo a fazê-lo apenas agora, tratando-se, portanto, de inovação recursal, o que não é admitido em nosso ordenamento jurídico, por caracterizar supressão de instância e afronta aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. VIII - Ônus sucumbenciais. Manutenção. Tendo em vista que nenhuma tese do apelo ou do recurso adesivo foram acolhidas, deve ser mantida a condenação do banco requerido/apelante ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Apelação conhecida e desprovida. Recurso adesivo parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. (e-STJ Fl. 2.116)

Embargos de declaração: interpostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 322, § 1º, 507, 927 e 1.022, II, do CPC/15; 3º, 219, § 5º, 267, VI, do CC/73; 6º, § 1º, do Decreto-Lei nº 4.657/42; 206, § 3º, IV, e 2.028 do CC; 6º e 20 da Lei nº 8.024/90; 4º, VI, e 9º da Lei nº 4.595/64. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta ser trienal o prazo prescricional relativo à pretensão de repetição de indébito concernentes a cédulas de crédito rural liquidadas em prazo inferior a 10 (dez) anos da entrada em vigência do atual CC. Afirma que a pretensão de revisão das cédulas rurais implica em ofensa a ato jurídico perfeito, eis que aquelas encontram-se quitadas. Aduz que, por se tratar de matéria de ordem pública, a alegação de prescrição da pretensão do agravado deveria ter sido enfrentada na origem. Assevera ser aplicável o prazo prescricional trienal à hipótese dos autos, de modo que a pretensão do agravado encontra-se fulminada pela prescrição. Sustenta ser lícita a aplicação do IPC como índice para correção do saldo devedor das cédulas de crédito rural descritas na inicial.

Relatado o processo, decide-se.

- Julgamento: CPC/15

- Da violação do art. 1.022 do CPC/15

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que

de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca de da inoccorrência de prescrição da pretensão do agravado, de maneira que os embargos de declaração opostos pelo agravante de fato não comportavam acolhimento. Confira-se:

(...)

"Sustenta, ainda, com base na regra de transição - artigo 2.028 do Código Civil, que o suposto débito indevido teria ocorrido no ano de 1.990, tendo transcorrido, portanto, todo o prazo quando da vigência do Novo Código Civil, esbarrando, pois, a pretensão do autor/primeiro apelado, no regramento contido no artigo 178 do CC/16. É consabido que o lapso de tempo em ações de repetição de indébito de quantias despendidas a maior em face da cobrança de encargos financeiros ilegais, por ser de cunho essencialmente pessoal, corresponde a 20 (vinte) anos, por aplicação da norma de transição do art. 2.028 do Código Civil de 2002 c/c art. 177 do Código Civil de 1916. Não incide, para o caso, a prescrição quinquenal disposta no Código de Defesa do Consumidor." (e-STJ Fl. 2.105)

(...)

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 322, § 1º, 507, e 927 do CPC/15; 3º, 219, § 5º, 267, VI, do CC/73; 6º, § 1º, do Decreto-Lei nº 4.657/42; 6º e 20 da Lei nº 8.024/90; 4º, VI, e 9º da Lei nº 4.595/64, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/GO de que "as matérias que não foram suscitadas nem decididas no juízo a quo constituem inovação, impossibilitando sua apreciação na fase recursal, sob pena de supressão de instância e clara ofensa ao artigo 1.014 da Lei Processual Civil, o que é o caso" (e-STJ Fl. 2.113). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-

se, na espécie, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao prazo prescricional aplicável à espécie, bem como em relação à inocorrência da prescrição da pretensão do agravado, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente para 12% do proveito econômico obtido, a ser apurado em liquidação de sentença.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora